

Gustavo Mesquita |

## Gilberto Freyre e o Estado Novo: a trajetória de uma relação ambígua\*

### RESUMO

Em 1937, Gilberto Freyre participou da campanha de José Américo de Almeida para presidente da República como intelectual responsável por traduzir as ideias do regionalismo para os eleitores mediante a imprensa. A atitude indicava publicamente sua preferência em um momento de profundos confrontos ideológicos: ele aderiu à campanha eleitoral do candidato que defendia os interesses da classe agroexportadora perante o Estado. Acontece que, com o fim do pleito decorrente do golpe de Getúlio Vargas e a instauração do Estado Novo, o sociólogo passou a preparar, com muita habilidade política, sua transição para o apoio ao regime autoritário, isto é, aproximou-se da elite do regime recém-instaurado para negociar o discurso da brasilidade construído paulatinamente em sua obra histórico-sociológica. Desse modo, ele pôde negociar interesses diretamente com a elite do governo Vargas. Com os acordos resultantes desse negócio, regionalismo e nacionalismo se tornaram o denominador comum de um mesmo conceito de “cultura brasileira”, caracterizado, sobretudo, pela diversidade como elemento positivo do “povo”. Os nexos entre região e nação foram repensados do ponto de vista do mesmo conceito. Entretanto, em 1945, o pacto celebrado entre as partes, embora parecesse consolidado institucionalmente, sofreu interrupções com a luta nacional pela deposição do ditador. Neste texto procuro, com base em livros, cartas e artigos de jornal escritos pelo sociólogo, reconstruir os acontecimentos que marcaram a trajetória de Gilberto Freyre em relação ao Estado Novo.

### Palavras-chave

Intelectuais, Estado Novo, questão nacional, crise política, UDN.

### ABSTRACT

*In 1937, Gilberto Freyre took part in the campaign to elect José Américo de Almeida as President of the Republic, assuming the role of intellectual responsible for translating the ideas of regionalism to voters through the press. His approach was a clear public demonstration of his preference at a time of profound ideological turmoil: he adhered to the election campaign of a candidate who sought to defend the interests of agricultural exporters before the State. However, with the election being cut short as a result of the coup by Getúlio Vargas and the setting up of the New State, the sociologist soon began preparing, with considerable political skill, his transition to supporting the new authoritarian regime. In other words, he sought a closer relationship with the elite of the newly-installed regime, with the idea of negotiating its adoption of the discourse on Brazilianness that had gradually taken shape within his historical-sociological work. He was thus able to negotiate these interests directly with the senior members of the Vargas government. Thanks to the resulting agreements of this negotiation, regionalism and nationalism became the common denominator of a single concept of “Brazilian culture” that was characterized, above all, by diversity as a positive element of the “people”. The bonds between region and nation were revised from the point of view of a single concept. Nevertheless, in 1945, the pact signed between the various parties involved, while seemingly consolidated institutionally, was repeatedly broken as a result of the national struggle that ensued to depose the dictator. This work has sought, by means of a review of the books, and newspaper letters and articles written by the sociologist, to reconstruct the events that marked Gilberto Freyre’s experiences in relation to the New State.*

### Keywords

*Intellectuals, New State, national question, political crisis, UDN (Brazilian political party).*

207-229

&gt;&gt;

Na conjuntura anterior ao Golpe de Estado de 1937, durante o período compreendido entre outubro de 1930 e novembro de 1937, a relação de Gilberto Freyre com o grupo dissidente e revolucionário que buscava se confirmar no comando do poder ficou marcada por atritos decorrentes do uso sistemático da violência por esse grupo, o que implicou profundos cerceamentos à liberdade de pensamento do sociólogo. No momento em questão, Gilberto Freyre estava impedido de pensar e agir livremente de acordo com o ideário que considerasse adequado para as transformações em curso no Brasil. Os casos reveladores dessa primeira situação são: sua prisão no Recife, em 1935, pelo dispositivo da Lei de Segurança Nacional; sua experiência docente na Universidade do Distrito Federal (UDF), entre 1935 e 1937, interrompida com o banimento do *Club* (ou Laboratório) de Sociologia sob sua direção; e o respectivo fechamento da Universidade pelo então ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, com quem celebraria diversos acordos político-culturais e de ordem suprapartidária apenas poucos meses depois desses acontecimentos<sup>1</sup>.

A postura do sociólogo, relativa às constantes mudanças de estratégia política, configura de fato uma ambiguidade na definição de sua posição ante os processos de centralização política e de industrialização na Era Vargas. Sua obra, assim como a dos outros intelectuais atuantes nesse contexto, reagiu com certa ambiguidade ao centralismo de Vargas e seu projeto modernizador. Seguramente, a reação era de ordem sociológica: nas análises e reflexões de seus ensaios dos anos 30 e 40, Freyre buscou no passado uma tradição ou matriz civilizacional que atribuisse sentido ao presente. Este era o seu projeto, o projeto regionalista. O desafio, a despeito dessa certeza, é saber se sua reação era a de um intelectual “adepto” ou “crítico” do novo regime político, ou ainda se ambas as coisas.

A ambiguidade assinalada como característica dessa relação pode ser mais bem compreendida se perguntarmos o que motivou as mudanças de estratégia ao longo da construção do regime. Qual era o interesse em se manter ambíguo ante o governo Vargas? O projeto do sociólogo era compatível com os fundamentos do Estado Novo? Ora, Gilberto Freyre por vezes se opôs, em outros momentos apoiou a intervenção federal no curso da revolução brasileira, e essa ambiguidade derivou dos impasses colocados pelo regime em relação ao seu projeto de nação. Tais impasses podem ser divididos em dois tempos de análise.

Em 1937 e 1945, a nota dominante na ação de Gilberto Freyre era a luta pela democracia política ou pela restauração dos direitos políticos e civis da

1. Cf. MEUCCI, Simone. *Gilberto Freyre e a sociologia no Brasil: da sistematização à constituição do campo científico*. 2006. 330 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

sociedade, ao mesmo tempo em que eram realizados os acordos, de ordem cultural e econômica, decorrentes do pacto entre o sociólogo e a elite do regime. Todavia, 1937 e 1945 foram dois momentos marcados, sobretudo, pela oposição do líder do projeto regionalista ao regime autoritário. O primeiro tempo demarca a conjuntura da campanha sucessória para presidente da República – uma garantia constitucional prevista desde 1934 para a eleição acontecer em 1938 –, que se desenrolou de forma bastante agitada entre 1936 e 1937. O segundo tempo demarca a crise do regime com a deposição de Vargas pela articulação de forças oriundas da cúpula do Exército – golpe preparado entre 1944 e 1945. Por fim, é possível afirmar que o íterim desse processo foi o momento em que houve grande aproximação entre as partes da relação política, quando enfim celebraram um pacto em meio à estabilidade do regime, do que se tornou possível negociar interesses materiais e simbólicos diretamente com a elite dirigente das instituições recém-criadas dentro do Governo Federal.

2. Estácio Coimbra era com quem Gilberto Freyre costumava discutir, entre outros assuntos públicos e privados, as mudanças na política econômica do governo, especialmente depois do exílio de ambos para Portugal em 1930. Foram encontradas duas cartas com este assunto. Cf. COIMBRA, Estácio. [Carta] 13 abr. 1934, Petrópolis [para] FREYRE, Gilberto. Recife. 3f. GFCR.13. p1.doc.4/FGF; *Idem.* 3 jul. 1937, Rio de Janeiro [para] FREYRE, Gilberto. Recife. 8f. GFCR.13. p1.doc.6/FGF.

### A oposição de 1937 e a valorização do regionalismo

Na disputa política de 1936 e 1937, Gilberto Freyre, visando à sucessão presidencial de 1938, aderiu à agremiação que fez oposição ao anterior governo inconstitucional e ao Golpe de Estado deflagrado por Vargas em novembro de 1937. Sua adesão resultou da forte ligação estabelecida com Antiógenes Chaves e Estácio Coimbra durante o processo revolucionário, como mostram as cartas desses atores<sup>2</sup>. Nessa disputa, formada pela candidatura de Armando de Salles Oliveira pela oposição, de José Américo de Almeida pela situação e de Plínio Salgado pelo interesse do integralismo, Antiógenes Chaves ficou responsável por articular forças para a campanha em apoio à candidatura de José Américo de Almeida, a qual contou inicialmente com o apoio de Vargas e dos membros integrantes do Executivo para a ocupação do cargo conforme previa a Constituição, mas que depois lhe foi negado com a prevalência do interesse no projeto golpista.

A candidatura de José Américo, um prócere oriundo do Poder Judiciário da Paraíba, agrupava diferentes interesses em torno da sucessão presidencial, como o situacionismo e o regionalismo, com exceção do continuísmo. O desafio para a vitória dessa campanha consistia na sua articulação com outros interesses defendidos pelas elites sulistas que apoiavam o candidato paraibano na disputa pela sucessão presidencial. O desafio, além do esvaziamento do debate político pelo grupo de Vargas, era efetuar as articulações da campanha com os estados do Sul, como Rio de Janeiro e Minas Gerais, contra a campanha paulista em articulação com o governo gaúcho.

A função de Antiógenes Chaves na campanha sucessória era fortalecer a candidatura paraibana mediante a articulação de forças políticas de diferentes

regiões do país. Uma das lideranças – como líder do campo intelectual na sua fração sociológica – que Antiógenes Chaves conseguiu convencer a participar da candidatura foi, justamente, Gilberto Freyre. O sociólogo fazia parte de um grupo de intelectuais formado desde os anos 20 no Nordeste e percebeu na candidatura de José Américo de Almeida uma oportunidade concreta de lutar contra a continuidade de Vargas no comando do poder, bem como de negociar de forma mais direta os interesses do projeto regionalista caso o candidato paraibano fosse eleito o novo presidente da República.

Em maio de 1937, Antiógenes Chaves procurou o sociólogo para lhe perguntar se aceitaria participar da campanha em apoio ao candidato José Américo. A campanha, desde então, contou com a sua contribuição no sentido de se posicionar a favor do candidato paraibano junto com todo o grupo nacional de forças pró-José Américo. Na realidade, sua adesão à campanha contra o continuísmo não surpreendeu, uma vez que era resultado da aliança dos líderes da elite nordestina tradicional, da qual fazia parte como autêntico representante. O desafio para a candidatura de José Américo residia, pois, na busca por articulação do apoio dessa elite política com o apoio das elites dos estados do Sul do país, fundamentalmente do Rio de Janeiro, onde havia maior possibilidade de adesão de membros integrantes da estrutura do Governo Federal.

Gilberto Freyre aderiu à campanha política porque era de seu interesse grassar o poder de persuasão da candidatura de José Américo entre os eleitores, uma vez que ele estava alinhado às orientações estratégicas da elite nordestina tradicional. Com efeito, no plano de governo construído para a campanha, passou a defender as medidas de equacionamento das disparidades econômicas e sociais entre o Norte e o Sul do Brasil, chamadas por ele de “reajustamento”. Embora o debate sobre a sucessão presidencial tenha sido paulatinamente esvaziado por Vargas e seus agentes, interessados como estavam na ideia de continuidade no poder, nesse momento a campanha de José Américo de Almeida estava fundamentada no debate ostensivo sobre os problemas do Nordeste. Essa era uma orientação estratégica em comum entre a elite política tradicional que apoiava sua candidatura, como Estácio Coimbra, Antiógenes Chaves, entre outros. E foi nesse mesmo sentido que Gilberto Freyre mostrou sua posição na disputa política, ao apoiar José Américo de Almeida como a “melhor opção” para as necessidades do Brasil moderno, relacionadas, segundo ele, ao equacionamento das desigualdades regionais.

O debate travado na disputa política de 1937 incorporou a questão regional, tendo sido discutida pelos candidatos à Presidência da República e pelos intelectuais que o apoiavam. Tal debate passava, também, pela discussão dos significados da democracia e autoritarismo no contexto mundial. No caso das ideias políticas de Gilberto Freyre, o apoio a José Américo de Almeida implicava a luta contra a continuidade de Vargas no poder. O primeiro representaria,

para ele, a democracia política, ao passo que o segundo representaria o autoritarismo do “Estado forte”, conforme teria demonstrado a experiência política desenrolada entre 1930 e 1936. O alvo da oposição do sociólogo era, portanto, o autoritarismo representado pelo grupo continuísta ligado ao Exército.

Um documento traz evidências da relação de Gilberto Freyre com a disputa política: as cartas em que Antiógenes Chaves o convidava a participar da campanha de José Américo. As cartas indicam que, na sua interpretação da questão regional, Antiógenes buscou embasamento na formulação de *Casa-grande & senzala* sobre os problemas da produção de açúcar no Nordeste. Essa leitura do livro foi, por assim dizer, apropriada como ideologia nos planos de governo elaborados para a campanha presidencial de José Américo, que passou a defender a solução de tais problemas em sua campanha eleitoral. O interessante das cartas reside na interpretação corrente dos problemas da produção agrícola no Nordeste, bem como na forma pela qual as ideias de Freyre foram apropriadas por Antiógenes Chaves na construção da campanha presidencial de José Américo de Almeida. A longa citação é importante:

Não tenho dúvida de que o nosso candidato está à altura de seu grande antagonista [Armando de Salles Oliveira]. Mas este conta com uma colaboração, com um ambiente que, talvez, falte àquele. Um ponto que ele deveria fixar atentamente é o da indústria açucareira do Nordeste, do complexo de interesses econômicos e sociais que ela envolve [...] É um problema importante e um tema muito sugestivo para a campanha presidencial, pelo que vale a pena advertir o nosso candidato que precisa, o quanto antes, empolgar a opinião pública por meio de uma campanha persuasiva, convincente. Lembre-se que esse problema da racionalização da cultura canavieira, importando na solução preliminar da irrigação, representa uma questão de vida e morte para a indústria agrícola da cana-de-açúcar no Nordeste. E tem, ao lado de sua importância econômica, um largo alcance social para as populações nordestinas. A cultura extensiva, como uma contingência da falta de assistência técnica dos poderes públicos, da falta de crédito agrícola e da ausência de espírito associativo entre os nossos agricultores, tem sido o principal fator da monocultura entre nós. A cultura extensiva exige, a cada dia, com o natural esgotamento das terras, maiores extensões territoriais, importando no elevado custo da nossa produção e na necessidade de pessoal numeroso. É ínfimo, em Pernambuco, o rendimento de produção por hectare. Ora, poderemos ter uma produção muitas vezes maior e certa, numa área consideravelmente menor. Mas, para isso, o primeiro passo é o da irrigação, que virá dirimir a escassez e, sobretudo, a incerteza das chuvas, acarretando consideráveis reduções e, às vezes, a dizimação das plantações. Diminuída a área plantada, assegurada a continuidade das safras independentemente da precipitação aquosa nas épocas oportunas, veremos que a racionalização converterá a cultura canavieira num fator de policultura e de valorização do trabalhador rural. Enfim, seu Gilberto, esse é um problema capital para o Nordeste e que você conhece melhor do que eu, antevendo as perspectivas que o problema sugere. A campanha

[presidencial] aqui precisará ser bem orientada e acredito que vocês quebrarão lanças para não perder o *Diário de Pernambuco*. Tenho como certo que o *Jornal do Comércio*, aproveitando a oportunidade, ficará do outro lado<sup>3</sup>.

Caro Gilberto: Depois de ter escrito a carta que esta acompanha, fui solicitado a consultar se você aceita participar de uma grande comissão de vários elementos das diferentes classes, sem caráter partidário, que será incumbida e tomará a frente da campanha a favor da candidatura de José Américo de Almeida. Essa comissão será composta, além daqueles elementos, dos representantes dos partidos ou agremiações políticas que apoiam a candidatura José Américo. Não só você poderia dar a sua adesão, caso concorde com a ideia, como buscar a adesão de outras figuras prestigiosas. Ocorrem-me os nomes de Bezerra Filho, Alde Sampaio, Repento(?) e outros que você poderia sugerir, sondando-os a respeito. Responda, pois, com urgência e mande sugestões. Bartolomeu seria um ótimo elemento para fazer as articulações nesse sentido. O governador [Carlos Lima Cavalcanti] está empenhado em dar à campanha a favor de José Américo um caráter impessoal, acima mesmo das competições exclusivamente partidárias. Enfim, aguardo suas providências e notícias<sup>4</sup>.

Gilberto Freyre aceitou prontamente o convite e aderiu à campanha em apoio a José Américo de Almeida para presidente da República. Em maio de 1937, teve a iniciativa de acender o debate da disputa política através da difusão de ideias sociológicas sobre a sucessão presidencial. A atitude que ele tomou, realizada da maneira como esperava Antiógenes Chaves com sua participação, foi estratégica para a campanha do candidato paraibano: ele buscou impedir o esvaziamento do debate político pelo grupo de Vargas mediante a difusão do ideário regionalista, posto em sintonia à questão da sucessão presidencial. Com efeito, em 1937, Freyre deu consistência teórica à campanha política de José Américo de Almeida, ao valer-se de sua coluna no jornal mais lido da imprensa nordestina para reiterar suas ideias acerca da disputa política. Ele afirmou o seguinte num artigo do *Diário de Pernambuco*:

[...] O regionalismo é como aquele clima do Amazonas, de que Euclides da Cunha corajosamente fez a defesa: um clima caluniado. Clima no sentido de ambiente moral ou intelectual em que a palavra é empregada frequentemente. O sr. Armando de Salles Oliveira versou o assunto num discurso desassombrado e inteligente: os sentimentos regionais não constituem rivalidades que enfraqueçam, mas saudáveis emulações que robustecem a nação. Poderia ter dito, em palavras um tanto diferentes, que o tão caluniado clima regional não deprime, mas só faz avigorar o brasileiro. Dentro de climas regionais ou sob seu estímulo é que desabrochou a formidável energia bandeirante a que o Brasil deve as suas fronteiras atuais; é que floresceram a Escola Baiana, a Escola Mineira, a Escola do Recife; é que se desenvolveu a cozinha baiana. O que enfraquece a população de certas regiões brasileiras são as doenças sociais a que a têm abandonado os governos e os poderosos [...] Não há

**3.** CHAVES, Antiógenes. [Carta] 24 mai. 1937, Rio de Janeiro [para] FREYRE, Gilberto. Recife. 3f. GF.CR.23. p1.doc.10/FGF.

**4.** CHAVES, Antiógenes. [Carta] 29 mai. 1937, Rio de Janeiro [para] FREYRE, Gilberto. Recife. 1f. GF.CR.23.p.1.doc.11/FGF.

motivo para se procurar turvar o problema da sucessão presidencial que agora apaixonava o sentimento brasileiro, fazendo-se do regionalismo um espantinho e da candidatura que vai se impondo como a mais brasileira o reflexo de recalques de uma região pobre contra as regiões ricas. Um candidato pode ser o que corresponde melhor às necessidades gerais – que me parece ser o caso do sr. José Américo de Almeida – sem deixar de ser uma expressão de aspirações regionais, não de hegemonia, mas de simples reajustamento<sup>5</sup>.

O apoio à candidatura de José Américo para presidente da República (que estaria na condição de representar melhor as “necessidades gerais do Brasil”, ou seja, de contemporizar as disparidades econômicas e sociais do Nordeste em comparação com o nível de desenvolvimento do Sul do país) implicava a oposição à ideia de continuidade de Vargas na Presidência da República e, ao mesmo tempo, à centralização político-administrativa. Para Freyre, a continuidade implicaria a permanência do próprio autoritarismo estatal após a intrincada situação de 1937, o que não era favorável à classe social que ele representava. Sendo assim, com *Um clima caluniado*, ele expressou sua posição de apoio à candidatura paraibana e sua oposição ao iminente Golpe de Estado.

Entretanto, o processo eleitoral, na medida em que se aproximava da decisão e as campanhas presidenciais chegavam ao fim, sofreu um progressivo esvaziamento pelas forças continuístas agrupadas em torno de Vargas, porque estavam interessadas na preparação do projeto golpista e visavam à colocação do ditador no comando do poder central. O golpe militar foi deflagrado em novembro de 1937 e as candidaturas à Presidência se tornaram inválidas. Acontece que já é possível perceber sinais de mudança da estratégia de Gilberto Freyre em relação ao governo Vargas na iminência do golpe militar, ainda que como um *start*. Com a continuidade de Vargas no poder e a implantação do regime autoritário, a elite nordestina rapidamente realizou toda uma reorientação de estratégias em relação às novas diretrizes e instituições do governo. A nova posição desse grupo passaria a defender a modernização institucional resultante do processo de centralização política, mesmo que realizada sob o alicerce da ditadura<sup>6</sup>.

5. FREYRE, Gilberto. Um clima caluniado. *Diário de Pernambuco*, Recife. 26 mai. 1937, p. 4. SR/FBN. Cumpre salientar que, segundo Gilberto Freyre, no estágio em que o capitalismo brasileiro se encontrava nos anos 30, ainda haveria superioridade política e social da aristocracia rural do Nordeste em relação à burguesia industrial, esta vista como “débil” desse ponto de vista, ou melhor, “débil” em relação aos meios de encaminhamento das transformações que eram operadas sob as condições sociais do país. Trata-se do cerne das reflexões feitas, fundamentalmente, no livro *Nordeste*, publicado, assim como *Um clima caluniado*, em 1937.

6. A discussão entre Gilberto Freyre e Estácio Coimbra é reveladora dessa reorientação. Numa carta de 1937, eles discutiram a pertinência da industrialização para os interesses da classe agroexportadora nordestina e disseram que não fazia mais sentido lutar contra esse processo. Cf. COIMBRA, Estácio [Carta] 3 jul. 1937, Rio de Janeiro [para] FREYRE, Gilberto. Recife. 8f. GF.CR.13. p1.doc.6/FGF.

## A reorientação e a conquista do pacto político no Estado Novo

O principal interlocutor de Gilberto Freyre no que concerne à sua mudança de estratégia/orientação política após o Golpe de 1937 foi Antiógenes Chaves. Ele estava atento às mudanças ocorridas naquele momento nas premissas teóricas do Estado, economia, sociedade etc., que passaram a vigorar no Estado Novo. Nesse mesmo ano, ele discutiu com Gilberto Freyre a implicação de tais mudanças para os interesses da classe social representada por seu projeto. Na discussão realizada entre o sociólogo, líder do projeto regionalista, e o

jurista, importante apoiador desse projeto, é possível perceber a necessidade de adaptação das formulações de *Casa-grande & senzala* para efeito de sua apropriação de acordo com o modelo político que se tornaria hegemônico no pós-1937. Ao discutir este assunto com Gilberto Freyre, Antiógenes Chaves assim se referiu às novas diretrizes do governo:

Eu tenho sugestões muito boas sobre a nova organização que devesse ser dada à defesa do açúcar em Pernambuco, dentro dos princípios corporativos e da economia organizada. Uma organização vertical na qual se representariam e se conjugariam os vários interesses: do agricultor, do industrial, do comerciante. Pela intervenção do Estado seriam regulados os interesses dos trabalhadores rurais. As finalidades dessa organização podiam compreender aquela sua ideia de pesquisas sociais. Não há momento melhor para uma organização do gênero, de caráter verdadeiramente econômico e social. E é um erro que pode acarretar as piores consequências, já preconizadas na Europa, o da organização de umas classes fechadas dentro de si mesmas, para oferecer resistência às outras classes ou absorvê-las. Você, se estivesse aqui [Brasil], poderia ter agora a atuação da maior eficiência e relevância. Mas é possível que ainda chegue a tempo<sup>7</sup>.

A discussão entre o sociólogo e o jurista ocorreu no sentido da adaptação dos interesses da aristocracia nordestina à ideologia dominante no regime autoritário. Eles finalmente aceitaram as premissas do centralismo, do industrialismo e do corporativismo, constituídos de acordo com a ideologia positivista da elite que finalmente conseguira se estabelecer no comando do poder com o golpe militar<sup>8</sup>. O resultado da discussão serviu para tornar a formulação do sociólogo, relativa aos problemas da produção açucareira nordestina, apta a ser apropriada como instrumento de concentração de poder político, viabilizando, assim, a intervenção estatal no conflito entre as duas classes em antagonismo no Nordeste, a aristocracia e a burguesia industrial, pelo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). Após as negociações entre a elite jurídico-política da região, a intervenção desse órgão governamental resultou na promulgação do *Estatuto da Lavoura Canavieira* em 1941. Com o *Estatuto*, o governo demonstrou a prevalência dos interesses agroexportadores do projeto regionalista, agora vitorioso, em relação aos interesses da burguesia industrial da região<sup>9</sup>.

Da oposição ao centralismo partiu-se para a sua adesão. Entre 1938 e 1944, Gilberto Freyre participou ativamente do processo de centralização política, dizendo que o novo método de governo deveria efetivar o sentido nacionalizador do povo, do território e do poder – isto é, do Estado-Nação –, identificado na dupla diretriz do governo: a modernização tanto da estrutura institucional (Estado-providência) como da estrutura produtiva (industrialização). A participação do sociólogo nas instituições varguistas indica que a celebração do pacto entre regionalistas e centralistas só se tornou possível

7. CHAVES, Antiógenes. [Carta] 6 dez. 1937, Rio de Janeiro [para] FREYRE, Gilberto. Recife. 4f. GE.CR.p.1.doc.13/FGF.

8. Cf. BOSI, Alfredo. A arqueologia do Estado-providência. In: \_\_\_\_\_. *Dialética da colonização*. 4ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

9. O documento pode ser encontrado na íntegra e com comentários em: CARONE, Edgard. *A Terceira República (1937-1945)*. Rio de Janeiro: Difel, 1976.

10. Elide Rugai Bastos e Gláucia Villas-Bôas foram as duas analistas de Gilberto Freyre que melhor conseguiram explicar esse aspecto de seu pensamento. No conjunto, ambas apontam que não há a valorização unívoca das tradições rústicas brasileiras na obra do sociólogo, mas o esforço de adaptação dessas tradições à modernidade ocidental emergente nos anos 30. Cf., respectivamente, *As criações de Prometeu*, Global, 2006, e *Casa-grande e terra grande, sertões e senzala: a sedução das origens*, Ed. UNESP, 2003.

quando houve estabilidade do regime autoritário, ou melhor, principalmente quando a centralização atingiu o poder de intervenção no conflito entre as duas classes produtoras do açúcar em antagonismo, formado desde os anos 20 nos estados hegemônicos do Nordeste.

No entanto, mesmo sob a égide de um pacto relativamente poderoso, houve alguns atritos entre as partes, como os dois casos em que o sociólogo foi encarcerado pelo interventor de Pernambuco, ocorridos em 1935 e 1942. Os atritos na Era Vargas indicam que a tática do autoritarismo e, posteriormente a 1937, a ditadura, eram as principais barreiras limitadoras do alcance desse pacto, no sentido de impor limites à celebração de novos acordos por iniciativa mesma de Freyre. Ou seja, os acordos do pacto foram implementados na vida brasileira sob a circunstância da ditadura. Mais ainda, a ditadura foi o impasse colocado pelo regime à liberdade do sociólogo. Acresce que o impasse era o que realmente impedia a celebração de outros acordos em proveito do desenvolvimento capitalista do país, mas não restringiu o alcance nacional das transformações operadas desde 1937, as quais, via de regra, respeitaram a ideia de tradição patriarcal exposta por Freyre em seus ensaios, conservando alguns de seus pressupostos no processo de modernização<sup>10</sup>.

Houve momentos especiais da relação com o Estado Novo em que Gilberto Freyre teve de ceder e abandonar a postura crítica contra o governo, como foi o caso das colaborações para a revista *Cultura Política*<sup>11</sup>, e determinados momentos em que efetivamente estava em condições de exigir privilégios do governo, como foi o caso da missão de observador cultural em 1941<sup>12</sup>, quando impôs a Gustavo Capanema as condições sob as quais o trajeto da missão deveria ser realizado, sendo sua ordem atendida pelo ministro após a autorização expressa de Vargas para que a missão fosse realizada. Essas experiências são outra evidência do negócio estabelecido entre regionalistas e centralistas, isto é, do pacto entre a figura do sociólogo portador de um projeto nacional e a elite dirigente das instituições federais – leitora dileta de seus ensaios e interessada nas ideias de seu projeto, mas igualmente preocupada em manter vigentes os fundamentos autoritários do varguismo na sociedade brasileira<sup>13</sup>.

A despeito da tensão constante com o regime, Freyre externou uma avaliação positiva do autoritarismo do Estado Novo, disponível num texto de 1940 publicado nos Estados Unidos. Em *Social and political democracy in America* [*Democracia social e política na América*], ele se opôs ao que chamou de “formas políticas ortodoxas”, as quais, surpreendentemente, não se referiam à ditadura no Brasil, e sim ao pensamento ortodoxo de parte dos intelectuais norte-americanos na questão do americanismo que, segundo sua avaliação, era vista de forma absoluta e naturalizada por essa intelectualidade. A princípio, a crítica foi dirigida contra a posição dos Estados Unidos na questão das relações interamericanas, definindo-as, segundo ele, de forma ortodoxa, como

**11.** Ele escreveu dois artigos para a revista, mantida pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), dirigido por Lourival Fontes. O primeiro, publicado em 1941 sob o título “A propósito do presidente”, externava sua posição ambígua frente às realizações do Estado Novo. Nessa posição, entretanto, prevalece a exaltação do anti-liberalismo e nacionalismo de Vargas, vistos como superiores às outras ideologias políticas da época. O segundo artigo foi publicado em 1942 sob o título “A condição de provinciano no Brasil”. Nele, o sociólogo retomou uma questão abordada em trabalhos anteriores, como *Sobrados e mucambos*, de 1936, *Nordeste*, de 1937, e *Região e tradição*, de 1941, e ofereceu mais uma contribuição para a mudança introduzida nos nexos entre região e nação pelo regime. Ao dizer que região não significa dispersão nem desintegração, ao contrário do que dizia, por exemplo, Oliveira Vianna em *Populações meridionais do Brasil*, o sociólogo ofereceu ao regime uma nova forma de pensar a questão nacional: a valorização das culturas regionais seria, segundo ele, o “melhor” meio de invenção da identidade nacional, base do Estado moderno, conforme buscavam os revolucionários de 1930.

**12.** Trata-se de uma missão, então chamada de “observação cultural”, realizada em 1941 pelo sociólogo em alguns países da América do Sul e financiada com recursos do governo brasileiro através do Ministério da Educação e Saúde (MES). A tramitação burocrática, o trajeto e os ganhos da missão também foram objeto de análise da minha dissertação.

**13.** Cf. MESQUITA, Gustavo. *Op. cit.*, especialmente o capítulo 3.

“pan-americanismo”. Ainda segundo ele, tal postura seria a forma imperialista de os Estados Unidos efetivarem a padronização da economia e da cultura nas regiões americanas, contra a qual o sociólogo se posicionou durante toda a sua vida. Ao invés da suposta ortodoxia, ele buscou relativizar o sentido do americanismo e sua pertinência para o contexto brasileiro, partindo, portanto, do ponto de vista da política interna e externa da nação. Sua reflexão cessa no momento em que se posiciona a favor das relações “inter” e não “pan” americanas, assim como da valorização da herança ibérica pelos estados nacionais da América do Sul. Tal foi o meio encontrado por ele de efetuar críticas contra a ação dos Estados Unidos que, segundo ele, impunham ao Brasil a aceleração da industrialização maciça e destruidora de sua diversidade cultural. A visão do sociólogo estava embasada na comparação entre as duas nações.

Seria inadequado descrever a nova forma política do Brasil como antidemocrática, no sentido de estereotipá-la como particularmente favorável à prática dos pecados mortais do desprezo pela personalidade humana e pelas oportunidades iguais para todos os cidadãos, que nós associamos aos regimes totalitários. O fato de que o Congresso tenha sido abolido no Brasil não deve ser considerado como violação séria das tradições democráticas do país; a mera representação política vagamente baseada na geografia política perdeu sua significação para os brasileiros inteligentes. O que o Brasil precisa é de um novo tipo de representação, regional assim como baseada na atividade econômica. O novo tipo de representação pode ser constituído sob a forma política do presente regime. Regressar à primeira Constituição republicana seria um erro para o Brasil. Aqueles que pedem tal regresso ao chão, que poderia levar o Brasil à harmonia com formas políticas democráticas das Américas, especialmente aquela dos Estados Unidos, são ideólogos do tipo mais perigoso. Eles colocariam um ideal, universal ou continental, de uniformidade política sobre as peculiaridades locais, regionais e nacionais que estão realmente adaptadas às condições sociais e às formas políticas<sup>14</sup>.

Esse outro apoio do sociólogo ao Estado Novo reside na ideia de harmonia entre a “boa” forma política (ou seja, a Constituição de 1937) e a “boa” forma social, identificada nas diversidades culturais e regionais do Brasil – dinâmica que, segundo ele, o Estado Novo teria sido capaz de realizar ao harmonizar a forma política às condições internas, sob as quais o projeto de modernização estaria sendo conduzido, e obedecendo à emergente visão sociológica do “povo brasileiro”, supostamente conhecida por Vargas, como o documento deixa entrever.

Ora, o autoritarismo não fora objeto de contestação por parte de Gilberto Freyre entre 1938 e 1944, mas de defesa no atinente aos valores reconhecidos pela elite para serem integrados e harmonizados ao processo de industrialização, como reconhecimento e recriação de valores culturais por um Estado que se pretendia moderno. O desafio para Vargas, segundo a visão do sociólogo, era equilibrar os valores tradicional e autenticamente populares com as pressões

14. FREYRE, Gilberto. Social and Political Democracy in America. *The American Scholar*, New York: V. 9, nº 2, 1940, pp. 228-229. Disponível em: <<http://www.bvgf.fgf.org.br>>. Acesso em: 29 ago. 2010 (tradução livre).

externas industrializantes, de modo que o governo não consentisse que o segundo processo, ao buscar transformar e padronizar a sociedade, destruísse a primeira dimensão, a da identidade nacional<sup>15</sup>.

O conceito freyriano de cultura tornou-se uma dimensão importante da construção nacional pelo Estado Novo. No momento de estabilidade governamental não houve, como se disse, atritos significativos entre o sociólogo e o regime, da mesma forma que o sociólogo optou por não fazer críticas contra o regime no qual seu pensamento se tornava progressivamente influente<sup>16</sup>. Entretanto, a situação de 1945 alterou a relação de modo radical, causando desacordos inéditos entre o sociólogo e o ditador, que era pressionado pela cúpula militar do Exército para renunciar ao poder. Desse modo, percebe-se que os atos de violência da ditadura, quando eram praticados exacerbadamente, constituíram os principais atritos entre as duas partes da relação política, a despeito de terem sido passageiros, ou, melhor dizendo, de não terem impedido a celebração do pacto entre Freyre e o Estado Novo.

**15.** Há outros importantes artigos em que ele discutiu a industrialização e a “cultura brasileira”. Cf. FREYRE, Gilberto. A Consideration of the Problem of Brazilian Culture. *Philosophy and Phenomenological Research*, Washington: V. 4, nº 2, 1943, pp. 171-175. Disponível em: <<http://www.jstor.com>>. Acesso em: 25 abr. 2008.

**16.** A influência do pensamento de Freyre na construção nacional foi estudada por Angela de Castro Gomes, por meio das publicações oficiais do regime, como a revista *Cultura Política*. Cf. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*, Ed. FGV, 1996.

### As ações de Gilberto Freyre na crise do regime

A análise acima continua válida para a situação de 1945, quando o pacto político sofreu o peso de outra mudança na orientação de Freyre diante da crise do Estado Novo. Os discursos do sociólogo em 1943 e 1944, em Salvador e Fortaleza, são sintomáticos de sua reorientação diante dos primeiros sinais da crise política, os quais prefiguravam o colapso do regime. Tais discursos contêm a marca inequívoca da ambiguidade de sua avaliação do autoritarismo, mas revelam sua adesão às novas agremiações estaduais, cuja posição no debate político era contrária à permanência da ditadura. Os discursos trazem pistas sobre sua reorientação na crise política e expressam, claramente, sua transição para a oposição contra o regime, que foi por ele radicalizada apenas em 1945.

As pistas do discurso em Salvador são significativas. Em 1943, o sociólogo recebeu vários convites do movimento estudantil baiano para proferir conferências e dar cursos sobre teoria sociológica e seu nexos com a realidade brasileira atual. O registro dessa experiência, o livro *Na Bahia em 1943*, traz pistas sobre a forte ligação do sociólogo com o movimento estudantil da Bahia e Pernambuco e sobre sua ligação, também forte, com as autoridades públicas baianas, fundamentalmente com o interventor do estado, Juraci Magalhães, os burocratas do governo estadual e a força militar representada por Nelson Werneck Sodré e Góes Monteiro, que não eram baianos de origem, mas estavam presentes nas conferências de Salvador, proferidas em novembro de 1943.

As pistas indicam que, a partir desse momento, formou-se, em especial na Bahia, outro grupo aliado ao ideário do projeto regionalista, e que,

depois, isto é, no colapso do regime, esse grupo se mobilizaria no sentido de fazer oposição contra o regime, logo se articulando aos outros grupos de oposição civil e militar para pressionar Vargas a renunciar de forma incondicional ao poder.

O sociólogo contou com o apoio do movimento estudantil baiano reunido em torno da União Nacional dos Estudantes (UNE) no combate à ideia difundida no meio intelectual de que seria “comunista”. Ele aceitou os convites para se encontrar com o movimento estudantil e viajou para Salvador em novembro de 1943 para cumprir um programa de atividades destinado ao grupo de agentes antinazistas na Faculdade de Medicina. O encontro teve grande repercussão na imprensa estadual assim que aconteceu e contou com a presença maciça de eminentes figuras de diferentes meios sociais (como os estudantes, professores acadêmicos, líderes políticos, militares, etc.). O grupo organizou o encontro para discutir aspectos da teoria social, assim como a posição do Brasil frente ao nazismo e ao comunismo, ao passo que Gilberto Freyre aproveitou a ocasião para desfazer seu estereótipo de “comunista”, entre outras linhas de discussão política.

O encontro foi tratado como solenidade pública pelas autoridades presentes. O teor político da principal conferência sobre a história da Bahia revela a aliança entre grupos de interesse bem definidos: a classe social representada pelo sociólogo e a elite comandada por Juraci Magalhães. O encontro, transformado em solenidade oficial para receber o “eminente sociólogo”, além de contar com a presença de secretários estaduais e militares, serviu para agregar novas forças aos interesses do projeto regionalista de Freyre. Observe-se o seguinte excerto de seu discurso:

O exemplo da Bahia ao Brasil e à América é o exemplo de equilíbrio, de harmonia, de conciliação entre extremos ou antagonismos que aqui parece não se alterar profundamente nunca. Pois quando começa a se generalizar a ideia de que a Bahia é no Brasil a tradição e somente a tradição, somente o arcaísmo pitoresco, a imundice colonial, ela nos surpreende com seu progresso, sem sacrifício de sua tradição, de seus pitorescos, de suas boas sobrevivências coloniais, como no governo deste esplêndido renovador dos serviços públicos em nosso país, para quem tantas esperanças brasileiras de hoje se voltam: Juraci Magalhães. Ou como na administração ativa, empreendedora, mas amiga das boas tradições regionais, de Góis Calmon [...] Daí não surpreender a nenhum de nós, baianos em segundo grau, o fato de a Bahia estar hoje à frente da resistência contra qualquer manobra antidemocrática e antibrasileira, franca ou disfarçada, com que se pretenda desvirtuar o sentido profundamente democrático do desenvolvimento brasileiro. Não só à frente da resistência: à frente da luta [contra o nazismo]<sup>17</sup>.

17. *Idem*, pp. 28-35. Nelson Werneck Sodré foi um dos militares presentes na sessão do dia 27 de novembro de 1943. De fato, ele publicou no mínimo três artigos na imprensa baiana comentando os discursos proferidos por Gilberto Freyre naquela ocasião. Ao que parece, as ideias ali discutidas aguçaram o seu senso crítico. Nelson Werneck Sodré debateu-as via imprensa, na verdade, para defender publicamente a figura pública do sociólogo, bem como suas ideias, vistas como inovadoras para a época. Ele, por fim, contribuiu com a desconstrução da imagem de comunista do sociólogo pernambucano. Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. *Casa-grande & senzala*. In: FREYRE, Gilberto. *Na Bahia em 1943*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1944, p. 181.

O movimento estudantil da UNE, tanto da Faculdade de Medicina de Salvador quanto da Faculdade de Direito do Recife, tornou-se, a partir desse encontro, o principal reduto defensor da figura pública do sociólogo como intelectual que, para o grupo em questão, não era comunista a favor da classe operária, mas liderança da luta nacional contra os fundamentos autoritários do varguismo.

A base do movimento estudantil, mobilizada, na Bahia e em Pernambuco, em defesa da figura do sociólogo, se aliou à força militar presente no encontro de Salvador para unir forças e fazer pressão pela renúncia do ditador. O conflito se desenrolou entre 1944 e 1945 nas principais cidades do país. Mas o encontro de 1943 foi o ensejo para a organização do grupo político em torno das figuras de Gilberto Freyre e Juraci Magalhães, que mais tarde iriam liderar a luta estudantil contra a ditadura, radicalizando-a diante da imprensa e dos protestos populares. A base do movimento estudantil de Pernambuco, arrematada na Faculdade de Direito do Recife, aderiu à luta coletiva contra a ditadura apenas em 1945, quando houve ampla conscientização sobre a real possibilidade de deposição do ditador<sup>18</sup>.

A viagem para discursar se tornou rotina de compromissos no ano seguinte. Em 1944, Gilberto Freyre seguiu o itinerário Alagoas-Paraíba-Pernambuco-Ceará e proferiu conferências sobre os temas de sua predileção, correlacionados aos temas que interessavam ao movimento estudantil que o apoiava, ou seja, as ideias constitutivas do regionalismo, postas, naqueles eventos, de forma estratégica em relação à conjuntura nacional (a crise do Estado Novo) e à conjuntura mundial (a Segunda Guerra Mundial em movimento). Estes discursos continham o tom de crítica contra os atos do nazismo, ao mesmo tempo em que desenvolviam melhor o ideário regionalista para a audiência estudantil em questão. O discurso de Fortaleza foi publicado por Assis Chateaubriand em *O Jornal*, do Rio de Janeiro, em regime de direitos autorais integralmente pagos ao autor, o que denuncia o interesse da imprensa e em especial de Chateaubriand no teor desse discurso<sup>19</sup>. Considerando a conjuntura em que foi publicado – o início da crise política em 1944 –, o discurso, tornado público pela imprensa, trazia a dimensão de ação política direcionada à valorização da luta coletiva contra os fundamentos autoritários do Estado Novo.

Assim, 1944 foi um momento áureo na vida intelectual de Gilberto Freyre pelos convites recebidos para proferir conferências sobre temas de sua predileção teórica, realizadas no Brasil e nos Estados Unidos e sempre relacionadas ao mundo contemporâneo. Nesse último país, ele proferiu seis conferências acadêmicas que, no ano seguinte, foram compiladas e publicadas em livro, uma obra realmente duvidosa, que afirmava haver

**18.** Foi encontrado um documento que corrobora essa interpretação: o artigo de jornal *Rui*, publicado no *Diário de Pernambuco* como desdobramento das ações de Gilberto Freyre em Salvador. Vejamos parte dele: “Rui, creio que como ‘profeta’ teve suas grandes deficiências, seus erros enormes, seus recuos lamentáveis, um senador igual aos outros na votação de ‘estados de sítio’, para evitar uma revolução que, antes de 1930, talvez tivesse vindo mais oportuna e criadoramente para o Brasil do que em 1930. Mas não é preciso cair o brasileiro de hoje em transe apoloético para admirar no grande baiano qualidades assombrosas de lutador. Isto ele foi magnificamente a vida inteira: um homem de luta como nunca o Brasil viu maior; o centro, também, de uma verdadeira escola de homens de luta nos quais se prolonga hoje sua atividade, sua influência, sua bravura de ação, seu poder de resistência aos abusos dos poderosos. Nessa escola se fez o sr. João Mangabeira. Seu livro sobre o mestre admirável, em vez de simples demonstração de talento e de saber, é do princípio ao fim um livro de luta. Nessa escola se fez, também, o sr. José Eduardo Macedo Soares, de quem todos temos o direito de esperar um livro acerca de Rui que seja igualmente um livro de luta. De interpretação e de luta.” FREYRE, Gilberto. *Rui. Diário de Pernambuco*, Recife. 31 dez. 1943, p. 4. SR/FBN. A “escola” referida no texto se tornou o grupo oposto ao regime autoritário e foi exilado por isso. Principalmente Otávio Mangabeira, exilado em 1938, foi com quem Freyre teve contato durante a passagem por Salvador, ao discutir as ideias regionalistas com ele e com Juraci Magalhães.

**19.** FREYRE, Gilberto. Precisa-se do Ceará. *O Jornal*, Rio de Janeiro. 9 set. 1944, p. 4. SR/FBN.

“democracia social e étnica” no Brasil, em contraste com a realidade de segregação racial nos Estados Unidos<sup>20</sup>.

O curioso nessa trajetória é que, assim como *Casa-grande & senzala*, todos os outros textos dele publicados nos Estados Unidos terminaram por recriar um mito longamente vigente sobre as questões de “raça” do passado e do presente, tais como a marginalização social, a discriminação, o antissemitismo, a xenofobia, etc., e o mito assim recriado passou a constituir interesse central do governo Vargas no discurso da brasilidade: inventava-se a identidade de um povo que era visto, pelo “alto”, como mestiço de negro, português e índio, incorporando novos componentes identitários nessa invenção, como o conceito de cultura regional. Era o mito da miscigenação informando e moldando, à sua imagem e semelhança, a invenção da identidade do Brasil moderno<sup>21</sup>. Mais ainda, era como se essa invenção já não mais precisasse da imaginação sociológica de Gilberto Freyre, posto que, no estágio em que a revolução se encontrava, o governo Vargas já tinha se apropriado de suas ideias, convertendo-as em razão de Estado para usá-las com fins políticos, como a integração nacional.

### Os conflitos com Agamenon Magalhães no colapso da ditadura

Em 1945, o processo de redemocratização mobilizou toda a sociedade brasileira. Tratava-se do colapso do Estado Novo, regime que já durava oito anos desde sua implantação, em 1937. O Código Eleitoral sancionado por Vargas determinou a criação de partidos políticos em âmbito nacional, o que rompia com o sistema federalista da política partidária vigente na Primeira República. Foram criados três partidos políticos: o Partido Social Democrático (PSD), herdeiro da máquina política do Estado Novo, a União Democrática Nacional (UDN), constituída pelos grupos de oposição à ditadura, e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), formado pela base sindical controlada por Vargas.

Tendo os três partidos políticos legalmente constituídos é que o governo passou a tratar francamente da questão político-eleitoral. As eleições para presidente da República e para o Congresso Nacional estavam previstas para acontecer em 2 de dezembro do ano corrente. Assim, o governo iniciou a restauração democrática, que começava, é claro, pela campanha sucessória aos cargos eletivos, em especial para presidente da República. Os partidos apresentaram os candidatos de sua legenda, com exceção do PTB, que no início se manteve distante das candidaturas apresentadas e só depois se aproximou da ala esquerdista do PSD.

A UDN apresentou a candidatura de Eduardo Gomes, tenente do Exército e vitorioso da Revolta dos 18 do Forte de Copacabana em 1922, ao passo que o PSD apresentou a candidatura de Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra no governo Vargas, tendo renunciado a esse cargo para atender à exigência

20. FREYRE, Gilberto. *Brazil: an interpretation*. New York: Alfred Knopf, 1945.

21. Cf. ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.

de desincompatibilização do cargo pela lei eleitoral e concorrer ao pleito de dezembro de 1945.

O momento era de redemocratização. Isso permitia a radicalização da luta contra a ditadura, manifesta em atos oriundos das várias oposições, reunidas, desde então, em torno da UDN. Ao longo das campanhas para presidente da República, Gilberto Freyre manifestou abertamente e em diferentes oportunidades a sua preferência: o candidato da UDN. A preferência do sociólogo fazia parte das oposições contra a ditadura, mas não se limitava à adesão às pressões populares pela renúncia do ditador: era parte fundamental do conflito com Agamenon Magalhães. Na verdade, percebe-se que sua oposição política não era direcionada contra a figura de Vargas como representante, em crise, do poder central, mas direcionava-se, sobretudo, contra a violência praticada pelo interventor de Pernambuco no comando do poder local. Sua oposição não mirou o centralismo de Vargas, mas era contra o autoritarismo de Agamenon Magalhães, como veremos adiante com mais precisão<sup>22</sup>.

A radicalização logo se tornou a nota dominante da disputa política, especialmente em Pernambuco, onde houve duros conflitos entre oposição e situação (e para onde esta narrativa será enfocada a partir daqui). A defesa da candidatura de Eduardo Gomes para presidente ensejou a aliança dos setores liberal-conservadores dos estados hegemônicos do Nordeste, cujos líderes haviam sido desalojados do poder com a Revolução de 1930, como, por exemplo, Otávio Mangabeira, que vivenciava o exílio desde 1938. A elite liberal-conservadora da região uniu-se em torno da UDN, aderiu à campanha de Eduardo Gomes e iniciou uma coesa frente de oposição contra o ditador.

A decisão de Gilberto Freyre de aderir à candidatura udenista era congruente com esse processo político. Suas ações serviram de instrumento ideológico para a aliança entre a elite derrotada em 1930 e o movimento estudantil organizado em torno das Faculdades de Direito e Medicina dos estados da região. Esse movimento logo passaria a desempenhar a função de base de apoio, de caráter estudantil, ao candidato udenista. No caso de Pernambuco, numa primeira frente, organizava-se e grassava-se a luta contra a permanência do interventor no poder com protestos nos espaços públicos do Recife; em outra frente, o sociólogo tomou parte ativa na defesa da candidatura de Eduardo Gomes para novo presidente da República. Ele agiu com mais intensidade desde março de 1945, discursando em comícios, publicando artigos na imprensa, animando o movimento estudantil para participar da luta civil.

Em 3 de março de 1945, houve um grande comício da campanha de Eduardo Gomes no Recife, realizado simultaneamente a protestos e passeatas estudantis na cidade. A passeata coincidiu com a transferência de Agamenon Magalhães do cargo de interventor para o de ministro da Justiça, o que contribuiu para a rápida formação do ambiente de animosidade por parte das autoridades pró-Agamenon

**22.** Note-se que a ambiguidade da posição política de Freyre continuou existindo mesmo nessa conjuntura.

para reprimir qualquer ato de protesto/resistência contra as ações do governo. O fato é que, diante da oportunidade vislumbrada no comício do candidato ude-nista, Gilberto Freyre tomou parte ativa no protesto como um líder intelectual e, nessa condição, passou à frente do comício do dia 3. Quando começou a discursar do alto do edifício do *Diário de Pernambuco*, acompanhado por um grupo de estudantes que havia deixado a passeata para acompanhar sua fala, agentes da polícia civil do estado chegaram ao local do movimento e dispersaram os manifestantes com o uso de armas de fogo, disparando tiros na direção em que havia maior concentração de pessoas. Da violência policial resultou a morte de duas pessoas, quais sejam, o estudante de Direito, Demócrito de Sousa Filho, que estava na sacada do edifício do *Diário de Pernambuco* junto com Gilberto Freyre, e Manuel Elias, um trabalhador carvoeiro que participava da passeata como manifestante civil.

A polícia continuou a repressão ao movimento após a morte dos dois civis. O redator-chefe do *Diário de Pernambuco*, Aníbal Fernandes, foi detido com outros jornalistas presentes no ato e levado para as celas do DOPS/PE. O edifício do jornal foi empastelado e ocupado militarmente em seguida. Seus funcionários foram obrigados a permanecer sob rígida censura imposta pela polícia do interventor. O jornal foi pressionado pelo governo a interromper sua circulação durante alguns dias depois dos acontecimentos, estando diante da censura e do empastelamento do dia anterior. Dois dias depois, quando o edifício foi desocupado e o jornal recebeu autorização do secretário de Segurança Pública, Coronel Viriato de Medeiros, para circular ainda que sob restrições impostas pelo governo, estando impedido de noticiar/comentar os acontecimentos do dia 3, os diretores decidiram interromper temporariamente a circulação do jornal como protesto contra a ação do governo de censurar a reportagem de acontecimentos que eram tão decisivos para a sociedade brasileira quanto os do dia 3, ou do chamado “sábado sangrento”. “E o *Diário* interrompeu sua circulação. Era a única maneira que tínhamos de protestar contra o capricho de um governo que se colocava tão ostensivamente fora da lei”, dizia o editorial da semana seguinte<sup>23</sup>.

A decisão dos diretores de interromper a circulação do jornal funcionou de fato, pois toda a dinâmica da violência policial do dia 3 repercutiu amplamente pelo país afora, o que gerou profundo desgaste das autoridades estaduais em relação à opinião pública. Nesse momento, no Rio de Janeiro foi realizado, pela oposição, um ato em solidariedade ao estudante morto no confronto com a polícia e em apoio à candidatura de Eduardo Gomes. Com o tempo, a reação aos acontecimentos, como a realização de atos em solidariedade ao povo pernambucano, tornou-se um estandarte a favor das oposições nacionais contra o Estado Novo e grande bandeira adicional para o avanço da campanha política da UDN, difundida em todo o país com essa característica.

No Recife, a definitiva reinauguração do *Diário de Pernambuco* aconteceu

23. Cf. “Continuaremos a denunciar os criminosos da nação até que a Justiça os arraste para o banco dos réus” [Editorial]. *Diário de Pernambuco*, Recife. 10 abr. 1945, p. 2. SR/FBN.

depois de mais de 30 dias do empastelamento, dessa vez totalmente livre da censura. A redação do jornal foi reinaugurada com o retrato de Demócrito fixado numa parede, *in memoriam*. Gilberto Freyre iniciou as homenagens como parte da reinauguração, proferindo discurso no qual rememorou os acontecimentos passados em tom altivo, pretendendo persuadir as pessoas presentes no ato a participar da luta contra a ditadura e aderir à campanha do candidato udenista na eleição vindoura. Ele disse: “O grande, o luminoso, o esperado dia seguinte. Só falta o *Diário*. Camaradas de Demócrito: as máquinas do *Diário* não tardam a rodar”<sup>24</sup>. O discurso, na sua totalidade, foi construído com palavras inflamadas e deu início a uma longa batalha na imprensa, travada de forma livre da censura. A batalha travada no contexto da disputa política entre situação e oposição, visava, claramente, o crescimento das pressões pela queda da ditadura, bem como o apoio do grupo reunido em torno do *Diário de Pernambuco* a Eduardo Gomes para presidente.

A batalha jornalístico-partidária logo começou. A Faculdade de Direito recebeu o sociólogo para proferir outro discurso, que foi publicado como manchete do *Diário de Pernambuco*. *Saiam, caudilhos* é o título. Com esse documento, pode-se perceber que os acontecimentos de 3 de março foram o estopim para a reação do sociólogo, exercida, em primeiro lugar, por sua adesão à campanha política do candidato udenista; em seguida, continuamente exercida mediante a liderança intelectual da disputa política de 1945. Nessa disputa, ele concentrou sua ação, fundamentalmente, contra seu principal inimigo político: Agamenon Magalhães, que fora acusado em um de seus discursos de ter sido o mandante dos assassinatos do dia 3 de março no Recife<sup>25</sup>.

Em *Saiam, caudilhos*, Gilberto Freyre não só condenou a violência policial, culpando Agamenon Magalhães pela morte dos dois civis (pelo que terminou por extremar seu discurso ao acusá-lo de “polítiqueiro”, “caudilho”, “desesperado” e “assassino”), como também discutiu com os integrantes da UDN ali presentes a função que os grupos sociais independentes poderiam desempenhar na luta pela definitiva queda do Estado Novo. O foco do debate era, portanto, a organização de segmentos da sociedade civil em torno dessa luta. O discurso logo se tornou o ponto de partida para o “basta” contra a ditadura, e o seu produto, a manchete *Saiam, caudilhos*, deu início à batalha da UDN a favor da renúncia dos ditadores local e central ao poder. Interessante salientar as palavras de Freyre:

Os policiais do Estado Novo capricharam em humilhar negros velhos honrados. Em prender estudantes, professores e jornalistas incorruptíveis. Em amordaçar jornais ilustres. Em conservar acuados os verdadeiros operários. Em proibir a venda de livros até de ciência. E afastados homens do valor de Ulisses Pernambucano, de Álvaro Lins, de Joaquim Cardoso, os orientadores da mocidade em Pernambuco passaram a ser, por designação do Interventor que veio a executar aqui o Estado Novo, racistas como o alemão Padre Conrado, entusiasta

24. FREYRE, Gilberto.

Quiseram matar o dia seguinte. *Diário de Pernambuco*, Recife. 10 abr. 1945, p. 1. SR/FBN.

25. FREYRE, Gilberto.

Saiam, caudilhos. *Diário de Pernambuco*, Recife. 11 abr. 1945, pp. 1-2. SR/FBN.

da “juventude brasileira” e que eu próprio ouvi uma vez dizer: “o caboclo brasileiro só sabe furtar”. [...] Os politiquieiros, porém, não se iludam: no Brasil não há mais lugar para suas violências, para suas manobras, para seus embustes, para seus esforços de separar ou distanciar socialmente o branco do negro, o europeu do caboclo, o civil do soldado e do marinho, o homem da mulher, o sulista do nortista, o cristão novo do cristão velho, a gente de trabalho da gente de estudo, para que com essas divisões e com ameaças de guerra civil se prolonguem ditaduras já não estereis, mas assassinas. O verdadeiro estudo, a verdadeira ciência, a verdadeira arte sabemos que, no Brasil como em toda parte, não é senão trabalho. Trabalho e estudo são expressões da mesma força de construção ou de reconstrução social [...] Os politiquieiros do Brasil não se iludam: no mundo não há mais lugar para suas mistificações estereis enquanto as necessidades brasileiras aumentam e aumentam as dores e os sofrimentos da gente do povo e as inquietações dos estudantes, dos intelectuais e dos artistas oprimidos e perseguidos [...] Outra não pode ser nossa atitude neste momento diante dos caudilhos que persistem em querer explorar e oprimir caudilhescamente o Brasil com mistificações e embutes, com agrados interesseiros aos operários e aos intelectuais e com assassinato de estudantes e homens do povo quando os subornos e agrados não atingem seus fins [...] Saiam, caudilhos, que não há mais no Brasil estudante nem operário autêntico, professor nem trabalhador honesto, cientista nem intelectual verdadeiro que deseje, que queira, que admita a continuação de uma ditadura não apenas policial mas assassina. Ditadura inimiga do que a cultura brasileira tem de melhor. Inimiga das mais puras tradições e das melhores esperanças do Brasil<sup>26</sup>.

**26.** *Idem*, pp. 1-2. SR/FBN.

**27.** A intensidade da batalha posterior aos eventos de 3 de março pode ser demonstrada, entre outras maneiras, pelo *corpus* de escritos publicados no *Diário de Pernambuco*. Considerando apenas a atuação de Freyre no jornal, foram publicados 16 artigos entre março e outubro de 1945. Acrescentando-se dois outros artigos nos meses de novembro e dezembro, período da eleição presidencial e de sua própria eleição para compor a Assembleia Nacional Constituinte de 1946, somam-se, ao todo, 18 artigos em dez meses, um considerável *corpus* de escritos políticos.

**28.** Como o excerto acima revela, por exemplo, com o seguinte artigo: FREYRE, Gilberto. Definição de atitude. *Diário de Pernambuco*, Recife. 29 jul. 1945, p.1. SR/FBN.

A batalha da imprensa era parte da disputa em torno da redemocratização de 1945 e foi travada dia após dia não apenas na imprensa do Nordeste, mas de todo o país<sup>27</sup>. A disputa política ensejou a rearticulação de forças numa coalizão entre as oligarquias tradicionais e a UDN. Os interesses conjunturais das oligarquias estavam alinhados aos do partido político. A batalha do *Diário de Pernambuco* era um investimento pesado dessa coalizão na disputa política de 1945. Por isso, a coalizão contou com a frente de atuação ideológica de Freyre no centro das novas articulações através da imprensa, na qual o objetivo de curto prazo era pressionar os ditadores a renunciarem ao poder. Ou seja, a batalha foi fomentada pelo grupo de oposição ao qual o sociólogo passou a se relacionar politicamente em 1945, sobretudo Carlos Lacerda e Valdemar Ferreira, no Rio de Janeiro e São Paulo, e Otávio e João Mangabeira, na Bahia.

Nesse contexto, Gilberto Freyre tratou de definir rapidamente a ideologia que passaria a apoiar com atitudes de agente da campanha da UDN e participante ativo do processo de redemocratização, o que se pode notar pelo acompanhamento de sua atuação na imprensa pernambucana<sup>28</sup>. A atuação no *Diário* revela sua estreita ligação com a elite udenista engajada na luta pela queda do Estado Novo, embora ele próprio não tivesse em mente essa perspectiva. Sua atuação na imprensa se destacou pelo viés antiditatorial, mas mirava a figura

pública de Agamenon Magalhães, tergiversando sempre que o assunto era a figura de Getúlio Vargas. Entretanto, a análise de seus escritos políticos permite afirmar que o negócio que ele matinha com o Estado Novo foi suspenso em 1945, ao passo que o pacto entre regionalistas e centralistas foi preservado mesmo com o colapso do regime.

### A transição à direita conservadora

Os escritos políticos de Freyre puderam circular livremente em toda a rede controlada por Assis Chateaubriand, um proprietário de vários órgãos da imprensa e o empresário mais influente no segmento de comunicação no Brasil dos anos 40. Determinados artigos de Freyre foram inclusive republicados no calor dos acontecimentos pelo *O Jornal*, do Rio de Janeiro. A colaboração frequente para os *Diários Associados* indica o elo político entre Freyre e Assis Chateaubriand, posto que o empresário lhe concedeu amplo espaço em seus jornais, como a coluna política do *Diário de Pernambuco*.

Certamente, este jornal era o veículo do conglomerado que mais lhe interessava, e não outro jornal carioca ou paulista. O amplo espaço no *Diário de Pernambuco* abria a oportunidade de exercer de maneira franca sua oposição a Agamenon Magalhães, reafirmada continuamente em uma série de escritos políticos que, inserindo-se na luta por democracia, radicalizavam o teor da denúncia contra abusos e manobras e atacavam de forma direta sua figura pública, inclusive as ações praticadas no passado como interventor pernambucano<sup>29</sup>. Mais ainda, o jornal também permitia expor suas opções na disputa política: defendeu o pluripartidarismo como pressuposto da redemocratização<sup>30</sup>; procurou desfazer seu estereótipo de que seria intelectual comunista<sup>31</sup>; aproveitou a oportunidade para fazer o “acerto de contas” com o Estado Novo, pensando na iminência da eleição para a ANC de 1946<sup>32</sup>. Por fim, deu testemunho de alguns aspectos de sua relação especificamente com Vargas. Vejamos este testemunho:

Outra informação oportuna embora indiscreta. Em 1941, avistei-me pela última vez com o sr. Getúlio Vargas, com quem por alguns anos mantive relações pessoais e cuja inteligência, cuja agudeza política, cujos poucos, porém inegáveis serviços ao Brasil, continuo a reconhecer e a proclamar. Sabem o que nessa ocasião disse o sr. Vargas ao escritor que já havia sido acusado pela gestapozinha do sr. Agamenon Magalhães de ser “comunista”, de “inimigo da Pátria, de Deus e da família”? O sr. Vargas – que desde 1937 já convidara o escritor para alto posto na administração nacional (posto que segundo seu secretário de então, sr. Mauro de Freitas, era o Ministério da Educação) – tornou a dizer-lhe que estimaria vê-lo entrar sem demora na vida pública, que contava com ele (escritor) para o próximo movimento de renovação do Brasil; que a ele (escritor) é que desejava ver como o “estandarte do mesmo

29. FREYRE, Gilberto. 1909 e 1945. *Diário de Pernambuco*, Recife. 24 jul. 1945, pp.1-2. SR/FBN.

30. FREYRE, Gilberto. Católicos, esquerdas e socialismos. *Diário de Pernambuco*, Recife. 3 ago. 1945, pp. 1-2. SR/FBN.

31. “Explica-se assim porque intelectualmente não posso ser comunista. O comunismo, leninista ou trotskista, simplifica problemas e uniformiza situações que só acho jeito de considerar complexas e desiguais: proustianamente complexas. Moralmente, não me sinto mal no comunismo. Mas naquele comunismo que não desprezasse valores éticos para ser tão maquiavélico quanto o fascismo ou tão sem escrúpulos quanto o jesuitismo político em sua técnica de combate aos regimes dominantes e em sua técnica de domínio sobre homens domésticos para Jesus ou para Marx: sobre os grupos vencidos mais do que vencidos pelos donos exclusivos da verdade”. FREYRE, Gilberto. Meu rótulo de comunista.

*Diário de Pernambuco*, Recife. 19 ago. 1945, pp. 1-2. SR/FBN.

32. *Idem*. SR/FBN.

movimento”. Será que em 1941 o sr. Vargas pensava em animar no Brasil um movimento de renovação com dois estandartes, um vermelho (que seria o escritor acusado desde então como agora de comunista), outro azul claro, que seria o seráfico sr. Apolônio Salles ou o angélico sr. Agamenon Magalhães ou mesmo o inocente sr. Felinto Müller? Sem nos prolongarmos sobre assunto tão pessoal, sabemos todos é que invenção policial nenhuma, por mais cuidadosamente anunciada, e rótulo nenhum, por mais espalhafatosos que sejam seus dizeres, resistiria ao sol que se aproxima rapidamente de nós. Não me refiro ao famoso Sol da Verdade da frase dos retóricos. Simplesmente ao sol de dezembro que este ano será para o Brasil o mês por excelência das Boas Festas e do feliz Ano Novo. Porque será o mês das eleições. O fim do mais que apodrecido “Estado Forte”<sup>33</sup>.

Entre agosto e outubro de 1945, ele continuou com a mesma intensidade as ações de oposição<sup>34</sup>. Incluindo a característica da ambiguidade – através da qual contornava a necessidade de discutir diretamente o Estado Novo –, essas ações não diferiram das primeiras anteriormente praticadas: participou de comícios realizados pela campanha de Eduardo Gomes em 25 de agosto em Salvador, 5 de setembro no Recife e 21 de outubro num circuito de cidades do interior de Pernambuco; publicou artigos na coluna do *Diário de Pernambuco* em que criticava o movimento do queremismo; aceitou, enfim, a delegação estudantil para representar os interesses deste segmento no Congresso Constituinte de 1946.

Do ponto de vista da ação, ao denunciar abusos e crimes praticados pela polícia<sup>35</sup>; ao prever o colapso do regime com a ausência de base popular que lhe sustentasse<sup>36</sup>; ao comentar que as mulheres estavam certas ao se organizarem em torno de uma liga feminina de apoio a Eduardo Gomes na sede pernambucana da UDN<sup>37</sup>; ao afirmar que Vargas estava sendo manipulado por Agamenon Magalhães e Felinto Müller e que ambos lhe traíram ao pressionarem para a permanência no poder, e que, por tais fatos, sua figura pública já estava desmoralizada, sendo chamado com escárnio de “velhaco”, e impedido de governar a nação; com todas essas discussões políticas, Gilberto Freyre estava agindo de acordo com a estratégia da UDN na disputa de 1945, tendo sido ele o principal executor das diretrizes do partido em Pernambuco, posto que os interesses então defendidos eram congruentes com os dele próprio, ou seja, com os interesses conjunturais da elite que ele passou a representar intelectualmente: a elite liberal-conservadora dos estados hegemônicos do Nordeste.

Observa-se, portanto, um movimento de transição política e ideológica consolidado em 1945: do antiliberalismo ao liberalismo. Uma evidência da transição de Freyre reside na crítica ao queremismo, movimento popular de apoio à permanência de Vargas no poder. Valendo-se das ideias sociológicas, especialmente o conceito de vontade geral, o sociólogo dizia nos artigos de sua coluna que a tendência da maioria era o apoio à deposição do ditador pela instância militar do Estado. A vontade geral, nessa interpretação, seria a tendência

33. *Ibidem*, p. 2. SR/FBN (aspas do autor).

34. Em sua coluna, Freyre costumava denunciar o regime chamando-o de “Vargas-Agamenon-Müller”, pelo fato dessas três figuras serem consideradas os principais continuadores dos resíduos da ditadura, os quais, segundo ele, conseguiam se manter no poder de forma ilegítima, mediante o abuso da autoridade.

35. FREYRE, Gilberto. A propósito de um comício de pré-universitários. *Diário de Pernambuco*, Recife. 29 de ago. 1945, p. 1. SR/FBN.

36. FREYRE, Gilberto. Para quem o povo marcha. *Diário de Pernambuco*, Recife. 7 out. 1945, pp. 1-3. SR/FBN.

37. *Idem*. SR/FBN.

oposta às reivindicações queremistas, o que as tornaria ilegítimas. A posição contra o queremismo estava clara em sua produção jornalística e atendia ao acordo com a UDN. Sendo assim, não havia mais razão para ambiguidades. Após a consolidação da transição, Freyre se mostrou um antagonista radical das reivindicações queremistas, sobretudo a continuidade do Estado-providência, de base antiliberal.

A crítica ao Estado-providência, algo impensável antes do colapso do regime, resulta da ação de um intelectual inteiramente envolvido na política partidária, como agente intelectual da oposição antiditatorial na disputa política, na qual prevaleceu o candidato do PSD, a despeito das ações do sociólogo. Embora procurasse ocultar esse aspecto de suas ações sempre que tinha oportunidade de fazê-lo, em sua coluna política Freyre deixou pistas sobre sua transição político-ideológica: ele passou da construção do Estado nacional em bases fortes e intervencionistas nos anos 30 – projeto de Vargas de que seus ensaios estava sob forte influência, na medida da celebração do pacto pela construção nacional, o que retirava grande parte da autonomia –, para a celebração de novos contratos e acordos com as elites liberais e conservadoras reunidas em torno da UDN.

A transição aconteceu de maneira um pouco rápida, entre 1943, quando estava em Salvador, e 1945, quando o regime efetivamente entrou em colapso. Vista em retrospecto, ela parece ter sido preparada com cuidado, com a construção de pontos de contato com diferentes frações da classe dominante e buscando preservar a sua liberdade acima de tudo. A transição de Gilberto Freyre aparece de maneira ainda mais clara na defesa das ideias liberais numa ocasião posterior à renúncia de Vargas em novembro de 1945, ao dizer para a multidão presente num comício partidário: “[...] Que Pernambuco, que o Nordeste, que o Brasil nunca mais se deixem atraiçoar por devastadores de sua infância, de sua mocidade, de sua saúde, e não apenas de sua liberdade”<sup>38</sup>. Nessa ocasião, Vargas já emergia como “tirano”, um negador da política. Com essa estratégia discursiva, Freyre buscou esconder a trajetória recente de sua relação próxima com o Estado Novo, ou o negócio que existiu entre o sociólogo, o presidente e seu governo.

### Considerações Finais

Compreender as possíveis razões dessa transição tão radical no campo político, isto é, do pacto com o Estado Novo ao pacto liberal-conservador consolidado em 1945, é um desafio para outra pesquisa mais bem embasada em fontes documentais. Não se tem clareza objetiva sobre as razões dessa transição, mas pode-se sugerir (esta é minha impressão) que Gilberto Freyre decidiu negociar a ideologia da “contemporização das disparidades regionais” – elaborada e exposta em seus ensaios dos anos 30 – para a coalizão de forças que passou a dominar

38. Cf. “Gilberto Freyre no grande comício do Parque 13 de Maio”. *Diário de Pernambuco*, Recife. 13 nov. 1945, pp. 1-2. SR/FBN.

o poder depois do colapso do Estado Novo. A renúncia de Vargas implicou a constituição de um quadro, ou melhor, de um regime político que se apresentava de modo diferente do anterior. Era outro tempo que se aproximava entre 1945 e 1946, distinto, em parte, do tempo do Estado Novo, este marcado na vida do sociólogo pela inquietação oriunda dos conflitos com Agamenon Magalhães e com a classe social que este governante representava no campo político.

O que se pode afirmar é que, desde a Revolução de 1930, e, sobretudo, entre 1937 e 1945, Gilberto Freyre estava interessado em negociar com o Estado Novo. Nesse negócio, pode-se identificar a característica da ambiguidade como marca de sua relação com o regime, entre contatos e atritos com determinados agentes. A relação assim entendida atribui sentido à ambiguidade em questão: era a negociação de interesses entre as duas partes celebrantes de um pacto político. O pacto era a fórmula para Vargas efetivar o sentido nacional das transformações, na mesma medida que serviu para a consagração política e intelectual de Gilberto Freyre como artífice da renovação do regionalismo, com envergadura não só nacional como mundial. As ideias do sociólogo surgiram, para o governo Vargas, como interessante meio de equação de determinados problemas resultantes da sociedade de classes consolidada nos anos 30<sup>39</sup>. Sendo o projeto hegemônico, a modernização autoritária de Vargas permitiu a realização de parte do ideário regionalista mediante a criação de instituições intervencionistas, as quais eram controladas, no centralismo, pelo ente da União.

Ao participar do Estado Novo como tantos outros intelectuais o fizeram, Gilberto Freyre ora estava em condição de exigir sinecuras e privilégios do governo, ora estava em condições apenas de obedecê-lo e ceder às suas ordens e cooptações, e esse fato restabelece a discussão sobre o sentido dessa relação política, marcada por tensões dinâmicas e estruturais. No entanto, a meu ver, o mais importante dessa experiência reside no fato de que o pacto dos anos 30 serviu de meio para a constituição de estruturas internas e das bases de políticas externas que duram até hoje. E, para deixar a discussão um pouco clara, basta apontar a longevidade do discurso da brasilidade... Sua força remonta, inequivocamente, ao Estado Novo.

§

**39. BASTOS, Elide Rugai.**

*Op. cit.* Ao contrário do que afirma a autora, a sequência dos ensaios de Freyre inseridos no debate sobre as transformações sociais dos anos 30 não se encerra em *Nordeste*. Assim como os primeiros ensaios do sociólogo, *Região e tradição*, de 1941, resultou do pacto celebrado para a consolidação da burguesia como classe dominante na sociedade brasileira, posto que nele também se discute a ideia de adaptação da tradição patriarcal no presente revolucionário. Assim, gostaria de chamar atenção para o fato de que *Região e tradição* foi escrito para se unir aos outros ensaios do sociólogo e, por conseguinte, para compor o ideário do regionalismo como projeto nacional. A trajetória intelectual de Freyre ficaria marcada, portanto, pela publicação de *Casa-grande & senzala*, *Sobrados & mucambos*, *Nordeste* e *Região e tradição*.

## Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz: Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. 2ª Ed. São Paulo: Ed. 34, 2005.
- BASTOS, Elide Rugai. *As criaturas de Prometeu: Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira*. São Paulo: Global, 2006.
- BOSI, Alfredo. A arqueologia do Estado-providência. In: \_\_\_\_\_. *Dialética da colonização*. 4ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia na Era Vargas*. 2ª Ed. Brasília: Ed. UnB, 1994.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.
- \_\_\_\_\_. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1936 (Brasiliana; v. 64).
- \_\_\_\_\_. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937 (Documentos Brasileiros; v. 4).
- \_\_\_\_\_. *Região e tradição*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941 (Documentos Brasileiros; v. 29).
- \_\_\_\_\_. *Na Bahia em 1943*. Rio de Janeiro: [s/nº], 1944.
- \_\_\_\_\_. *Brazil: an interpretation*. New York: Alfred Knopf, 1945.
- GOLDMANN, Lucien. Concepciones del mundo y clases sociales. In: \_\_\_\_\_. *El hombre y lo absoluto, El Dios oculto*. 2ª Ed. Barcelona: Ediciones Península, 1985.
- GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.
- MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. In: MARTINS, José de Souza (Org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- MESQUITA, Gustavo. *O projeto regionalista de Gilberto Freyre e o Estado Novo. Entre a tradição e a modernidade*. 2012. 286 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia/GO.
- MEUCCI, Simone. *Gilberto Freyre e a sociologia no Brasil: da sistematização à constituição do campo científico*. 2006. 330 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo/SP.
- MICELI, Sergio. Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945). In: \_\_\_\_\_. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- LARRETA, Enrique Rodríguez & GIUCCI, Guillermo. *Gilberto Freyre, uma biografia cultural: a formação de um intelectual brasileiro (1900-1936)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.
- ZAIDAN, Michel. Tradição oligárquica e mudança. *Tempo histórico*, Recife: v. 1, nº 1, 2005, pp. 1-8. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/revistatemphistorico>>. Acesso em: 11 abr. 2009.
- VILLAS-BÔAS, Glauca. *Casa-grande e terra grande, sertões e senzala: a sedução das origens*. In: KOMINSKY, E. V.; LÉPINE, C.; PEIXOTO, F. A. (Orgs.). *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru: EDUSC; São Paulo: Ed. Unesp, 2003.
- VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Monteiro Lobato, 1920.

Recebido em 9/5/2013

e aceito em 17/7/2013